



## Grupo Estadual de Ação Política GEAP - SP

### **Carta aberta do GEAP-SP (Grupo Estadual de Ação Política).**

Caríssimos Iir.,

Nobres amigos,

Cidadãos Brasileiros!

Nós maçons do Estado de São Paulo, homens livres e de bons costumes, e, acima de tudo, cidadãos brasileiros zelosos pelos melhores desígnios da Pátria, entoamos a voz em homenagem aos Valores Angulares que deitam suas Luzes por toda a Civilização.

A Maçonaria há séculos busca a edificação dos Templos, individuais e sociais, guiada em acordo com as Linhas mestras traçadas pelo Grande Arquiteto do Universo, tendo por ferramentas primordiais a eterna busca da Liberdade, da Igualdade e, sobretudo, da Fraternidade.

Avançamos com vistas, sim, à Utopia: não aquele ideal distante e abstrato, mas um sonho concreto, tangível e realizável, que nos move permanentemente em direção ao Progresso Social!

Hoje o Brasil atravessa uma imensa crise moral, onde a ética se transformou em intervalo para anunciar a próxima contravenção destinada à nação deste país.

Não houve um só momento em nossa história que a Maçonaria ausentou-se de agir em defesa de nossa nação, somos como o vento, em alguns rostos batemos e incomodamos, em outros refrescamos, mas somos livres na defesa do civismo e da ética nacionalista.

Em adversidades onde nossa Pátria ficou a deriva, lá estávamos nós de maneira subliminar atuando diretamente para transformar o desafio em vitória.

Não somos de contar ou bradar nossas realizações, somos de inseri-las na história e defender os direitos de nosso povo.

Neste momento estamos mais presentes do que nunca buscando a volta do equilíbrio desta nação, cada um de nós envolvido de corpo e alma nesta causa que nos requisita.

Queremos um Brasil justo, honesto e ético para seu povo, queremos uma nação livre da corrupção e de suas consequências maléficas.

Queremos que nossas famílias possam caminhar livremente pelas ruas com segurança, queremos que nossos jovens possam alçar seus voos e seus sonhos, com fraternidade e igualdade.

Queremos ser o braço amigo que irá amparar tudo aquilo que é cívico e democrático a este país maravilhoso e este povo sem igual.

Queremos que nossas ações de hoje possam orgulhar as gerações futuras e aqueles que confiam em nosso trabalho como obreiros do bem e defensores incansáveis do que é justo e perfeito.

Trabalhando por um futuro ideal, é necessária uma Reforma Política que coloque a vontade popular, cada vez menos ecoada nos corredores dos governos, de volta ao Centro Decisório do Poder Nacional.

É evidente que a crise atual, potencializada que foi pelo vigente sistema político-eleitoral, grande gerador de descompasso entre as vozes populares e parlamentares, só pode ser solucionada pelo resgate da Democracia.

Urge a retomada do caminho em que a pluralidade dos clamores sociais encontrem plena ressonância no Parlamento. Desta maneira, serão incluídos, na senda democrática, todos aqueles há muito excluídos, seja pela falta de oportunidades, seja pela falta de confiabilidade nos rumos contemporâneos.

Ainda, não se concebe como possível, numa quadra em que a responsabilidade fiscal impera, que sejam desviados recursos dos mais imprescindíveis Serviços Públicos para a

manutenção do jogo eleitoral, tendo como claro viés a manutenção de velhas oligarquias, que tanto sangram nossa Pátria, o Brasil!

É assim que se impõem a transição ao modelo parlamentarista de governo, em que o Chefe de Governo, oriundo do próprio Parlamento, divide com este a responsabilidade pela execução governamental, imunizando-se das chantagens correntes no universo da política.

Entretanto, essa sistemática só encontrará alguma viabilidade se acompanhada do Voto Distrital Misto, em que o eleitorado nacional dividir-se-ia em 257 distritos (por volta de 565 mil eleitores cada), sendo as outras 256 cadeiras ocupadas pelas regras da Proporcionalidade Eleitoral, acompanhado de uma subjacente e efetiva Cláusula de Barreira (“Cláusula de Desempenho”), desestimulante ao surgimento de legendas de aluguel, bem como do fim da possibilidade de coligações partidárias nas eleições realizadas sob a égide da proporcionalidade (para fins do atingimento do quociente eleitoral).

Com a extinção de todo e qualquer financiamento público às campanhas (seja nas formas de fundos, como o partidário, e o de “financiamento à democracia”, seja na roupagem de subvenções, como as isenções tributárias no tocante às propagandas eleitorais “gratuitas” de rádio e TV), mas mantendo-se o financiamento privado exclusivamente por pessoas físicas, limitados por lei, haverá uma grande movimentação fortalecedora dos partidos, já que esses serão obrigados a se aproximar da população, sob risco de enfraquecimento e extinção, sempre que dissonantes de qualquer ideologia minimamente popular.

Resguardamo-nos o Direito de permanecer Vigilantes, contra quaisquer iniciativas que possam prejudicar o luminoso caminhar brasileiro.

Agradecemos, e colocamo-nos à disposição para o diálogo franco em busca das melhores iniciativas para a população nacional.

São Paulo, 21 de agosto de 2017